



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL  
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBÉIS – FEAC  
CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

Raíssa Aryadne de Andrade Lima

**ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO TECNOLOGIA SOCIAL: A  
EXPERIÊNCIA DO CASO DAS MULHERES ARTESÃS DE ALAGOAS**

Maceió/AL  
2021

Raíssa Aryadne de Andrade Lima

**ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO TECNOLOGIA SOCIAL: A  
EXPERIÊNCIA DO CASO DAS MULHERES ARTESÃS DE ALAGOAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado por **Raíssa Aryadne de Andrade Lima** a Faculdade de Ciências Econômicas como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dra. Ana Maria Rita Milani.

Maceió/AL,

**Catálogo na fonte Universidade Federal  
de Alagoas Biblioteca Central**

**Divisão de Tratamento Técnico**

Bibliotecária: Taciana Sousa dos Santos – CRB-4 – 2062

L732e Lima, Raissa Aryadne de Andrade.

Economia solidária como tecnologia social: a experiência do caso das mulheres artesãs de Alagoas / Raíssa Aryadne de Andrade Lima. – 2022.  
37 f. : il. color.

Orientadora: Ana Maria Rita Milani.

Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Econômicas)  
– Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Economia, Administração  
e Contabilidade. Maceió, 2021.

Bibliografia: f. 36-37.

1. Economia solidária. 2. Artesanato - Alagoas. 3. Tecnologia social. 4.  
Desenvolvimento local. 5. Empreendedorismo feminino. I. Título.

CDU: 33: 334 (813.5)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS**  
**FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE**  
**Curso de Ciências Econômicas**

**ANEXO II**

**REGULAMENTO PARA TCC DO CURSO DE ECONOMIA**

**ATA de Sessão Pública de Defesa de Monografia**

Aos 15 (quinze) dias do mês de \_\_\_\_\_ 14 horas, realizou-se de  
[[meet.google.com-sum-ocyn-ptd](https://meet.google.com-sum-ocyn-ptd)], a sessão de defesa pública da monografia: *Economia solidária como tecnologia social: a experiência das mulheres artesãs de Alagoas*, elaborada pelo(a) aluno(a) Raíssa Aryadne de Andrade Lima de matrícula 15211293.

A banca examinadora foi composta pelos professores: Ana Maria Rita Milani; Sarah Regina Nascimento Pessoa (Avaliador 1); Verônica Nascimento Brito Antunes (Avaliador 2); e deu início aos trabalhos às 14:10 horas. Após o aluno ter apresentado e respondido às questões formuladas, por cada um dos membros da banca, estes reuniram-se reservadamente para fazer o julgamento.

O presidente anunciou aos presentes o seguinte parecer:

- Aprovado (X)
- Aprovado com Revisão ( )
- Reprovado ( )

Com as notas apresentadas pela banca: 10; 10; 10, com a média de 10.

Nada mais havendo a discutir, a sessão de defesa de monografia foi encerrada e lavrada a presente Ata, sendo assinada pelos representantes da banca.

Maceió, 15 de fevereiro de 2022.

\_\_\_\_\_(Orientadora);

*Roberto R. Simielli*

**Prof. Dr. Roberto R. Simielli**

---

Coordenador de Graduação em Ciências Econômicas  
Coordenador do Curso de Economia

EAC - UFPA

## FOLHA DE APROVAÇÃO

Raíssa Aryadne de Andrade Lima

### **ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO TECNOLOGIA SOCIAL: A EXPERIÊNCIA DO CASO DAS MULHERES ARTESÃS DE ALAGOAS**

Monografia apresentada ao corpo docente da  
Universidade Federal de Alagoas a aprovação em  
\_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

---

Orientador (a): Prof. Dra. Ana Maria Rita Milani

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dra. Ana Maria Rita Milani (FEAC/UFAL)- Orientadora

---

Examinador

---

Examinador

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus que me deu a dádiva da vida;

Aos meus pais por sempre me apoiarem e me ajudarem a construir quem sou hoje;

A professora Milani por todo suporte durante essa trajetória;

As minhas amigas que foram verdadeiros presentes me ajudando nos dias mais difíceis desse período.

*“Economia solidária obviamente não é uma constatação científica do que vai acontecer. Ela é um ato de vontade de construir, por lutas e outras formas, uma sociedade, vamos dizer, não ideal, mas melhor do a que nós temos aqui.”*

*Paul Singer*

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo estudar a economia solidária da cadeia produtiva do artesanato no estado de Alagoas, evidenciando as características para superação da fragilidade do setor. Para tanto, é necessário explanar os diferentes olhares sobre a economia solidária como tecnologia social, enfatizando a experiência das mulheres artesãs do Estado de Alagoas. Realiza-se, então, uma pesquisa de cunho qualitativo e quantitativo de forma descritiva e exploratória, que busca apresentar resultados a partir de procedimentos de coleta de informações, as formas adotadas foram a pesquisa bibliográfica e de pesquisa-ação. Diante disso, podemos observar que a economia solidária se apresenta como uma possível estratégia para o desenvolvimento do Estado de Alagoas permitindo que as mulheres artesãs promovam mudança da dinâmica social e um progresso econômico tanto para os agentes envolvidos no processo quanto para todo o entorno.

Palavras-chave: economia solidária, desenvolvimento local, Alagoas, artesanato, tecnologia social , empreendedorismo feminino

## **ABSTRACT**

This work aims to study the solidarity economy of the handicraft production chain in the state of Alagoas, highlighting the characteristics to overcome the fragility of the sector. Therefore, it is necessary to explain the different perspectives on Solidarity economy as a social technology, emphasizing the experience of artisan women in the State of Alagoas. It is then carried out a qualitative and quantitative research in a descriptive and exploratory way, which seeks to present results from procedures for collecting information, the forms adopted were bibliographic research and action research. Therefore, we can observe that the solidarity economy presents itself as a possible strategy for the development of the State of Alagoas, allowing artisan women to promote a change in social dynamics and economic progress both for the agents involved in the process and for the whole the surroundings.

**Keywords:** solidary economy, local development, Alagoas, handicraft.

## **LISTAS DE QUADROS**

**Quadro 1 - Empreendimentos da mesorregião do Leste Alagoano 26**

**Quadro 2 - Pontos Positivos e Negativos dos EES 29**

**Quadro 3 - Empreendimentos da mesorregião do Leste Alagoano 30**

## **LISTAS DE FOTOS**

<b>Fotos 1 – Bolsa fabricada pela artesã participante</b>	<b>32</b>
<b>Fotos 2 – toalha de mesa fabricada pela artesã participante</b>	<b>33</b>
<b>Fotos 3 – Peça fabricada pela artesã participante</b>	<b>33</b>

## SUMÁRIO

<u>INTRODUÇÃO</u>	10
<u>CAPÍTULO 1: CONCEITUANDO ECONOMIA SOLIDÁRIA E TECNOLOGIA SOCIAL</u>	13
<u>1.1 Economia Solidária</u>	13
<u>1.2 TECNOLOGIA SOCIAL</u>	16
<u>CAPÍTULO 2: A PRÁTICA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: O TRABALHO DOS ARTESÃOS NO ESTADO DE ALAGOAS</u>	23
<u>2.1 MESORREGIÃO DO AGRESTE ALAGOANO</u>	24
<u>2.2 MESORREGIÃO DO LESTE ALAGOANO</u>	25
<u>2.3 MESORREGIÃO DO SERTÃO ALAGOANO: O CASO DO COURO DA TILÁPIA EM ALAGOAS</u>	30
<u>CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>	34
<u>REFERÊNCIAS</u>	36

## INTRODUÇÃO

A partir da década de 1970, o capitalismo vem vivenciando uma série de mudanças que trazem consigo um novo regime de acumulação e um modo de produção eminentemente financeiro, modificando para sempre o rumo das trajetórias do desenvolvimento. A década de 2000 a 2010 no Brasil, transformou-se num ponto de inflexão com relação a alguns indicadores econômicos e sociais que evidenciaram uma melhora na distribuição da renda e na redução da desigualdade. Isto ocorre, fundamentalmente, pelas mudanças ocorridas nas políticas públicas que visaram a inclusão social e produtiva das populações mais pobres do país. Nessa década, observa-se que no Brasil o mercado de trabalho apresentou um comportamento satisfatório se comparado com a década de 1990, com queda da taxa média agregada de desocupação de 11,7% em 2002 para 4,8% em 2014 (IPEA, 2015).

No entanto, se considerarmos o período mais recente entre 2014 e 2019, a taxa de desocupação volta a aumentar passando 4,8% para aproximadamente 12% em 2019. Ou seja, a economia brasileira, neste último período, não reage satisfatoriamente com relação à taxa de ocupação e desemprego, o que pode ser atribuído ao baixo crescimento do PIB nos últimos anos. Neste contexto, observa-se um quadro, no qual a crise econômica repercutiu no mercado de trabalho do Brasil e existem poucas perspectivas de reversão da situação no curto prazo.

As mudanças acontecidas no Brasil tiveram uma repercussão na economia alagoana, a qual nesse último período apresentou um crescimento do PIB, em média: 4,8% ao ano entre 2010 e 2014. Na década de 2000, Alagoas insere-se no bojo das políticas sociais que foram aplicadas nesse período no Brasil, o que faz com que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Diante do exposto, é importante salientar que, apesar de se ter melhorado os índices de desenvolvimento, o estado de Alagoas ainda continua numa situação delicada em relação ao ranking dos estados no país. Por outro lado, nos últimos anos, a taxa de desemprego se mantém num ritmo crescente, mostrando as dificuldades que a economia alagoana apresenta com relação à absorção de mão-de-obra no mercado de trabalho. Essa dificuldade se

relaciona a um problema da estrutura produtiva da economia alagoana, que basicamente se encontra concentrada no setor Sucroalcooleiro, tornando o estado muito vulnerável às flutuações do mesmo. Evidenciam assim, as contradições genéticas do capital: de um lado elevação imprevisível das forças produtivas e de outro a desnecessidade do trabalho assalariado.

É nesse contexto que ganham espaço as organizações sociais em cooperativas, como resposta as grandes contradições próprias do capitalismo, que por um lado geram crises e, por outro, movimentos buscando saídas alternativas e superação da situação de desemprego e da necessidade de geração de renda. A economia solidária insere-se nesse bojo, com caminhos alternativos para a construção de espaços de reprodução de distribuição de renda.

As cooperativas de economia solidária apresentam-se como alternativa de milhares de trabalhadores que buscam modificar suas condições de vida sob a forma de organização coletiva do trabalho. Seus protagonistas diretos encontram-se pressionados, de um lado, pela crise estrutural do mercado de trabalho e, por outro lado, se veem motivados pela ação mobilizadora dos movimentos sociais, parcelas do sindicalismo e inúmeras entidades civis, que buscam criar alternativas para a crise estrutural do trabalho assalariado e às formas de precarização.

Este artigo tem como objetivo estudar a economia solidária da cadeia produtiva do artesanato no estado de Alagoas, evidenciando as características para superação da fragilidade do setor.

Para pensar essas organizações sociais advindas da classe trabalhadora utilizamos os conceitos da economia solidária, como solidariedade e cooperação, para neles caracterizar o que emerge como nova possibilidade de desenvolvimento local. Levantamos, também, alguns elementos resgatados na pesquisa realizada na Universidade Federal de Alagoas que contou com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

A pesquisa com título: “Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) no estado de Alagoas: fortalecimento da autogestão e da comercialização da Cadeia produtiva de artesanato”, teve como objetivo a construção de uma rede de comercialização. Esses elementos encontram-se

na organicidade das mulheres artesãs, caracterizadas como população em vulnerabilidade, que buscam a construção de caminhos possíveis dentro dessa materialidade social posta.

A metodologia aplicada foi a pesquisa-ação na qual o pesquisador deixa claro a relevância da prática e intervenção no processo de investigação. Parte-se do suposto da importância da interação teórico-prática entre os participantes de modo a articular as ações e reflexões a partir das condições dadas. Trata-se da condução em que os diversos parceiros interagem a partir das práticas em que estão envolvidos. Ou seja, o ponto de partida é sempre as condições reais e contraditórias dos próprios grupos.

A pesquisa consistiu no acompanhamento sistemático de 25 grupos de economia solidária em seis regiões do estado de Alagoas. Esse acompanhamento teve como base metodológica visitas sistematizadas e programadas com antecedência, nas quais se aplicaram questionários para obter dados socioeconômicas assim como relatos e histórias de grupos e seus integrantes. Esses grupos, ao todo, contemplaram mais de 250 artesãos.

As regiões estudadas neste trabalho são as seguintes: a) Agreste Alagoano, estando com o epicentro no município de Palmeira dos Índios; b) Leste Alagoano, abarcando os municípios de Atalaia, Maceió, Marechal Deodoro, Rio Largo e União dos Palmares e c) Sertão Alagoano com os municípios de Água Branca, Delmiro Gouveia e Piranhas.

Além desta introdução, no primeiro capítulo abordar-se-á na primeira seção o marco teórico que explicará os conceitos de economia solidária e tecnologia social. No capítulo 2, apresentaremos os principais resultados da pesquisa tentando caracterizar a economia solidária no estado de Alagoas. Por fim, as considerações finais

## **CAPÍTULO 1: CONCEITUANDO ECONOMIA SOLIDÁRIA E TECNOLOGIA SOCIAL**

Ao longo da história a classe trabalhadora apresentou vários experimentos de nível mundial que evidenciaram o surgimento do cooperativismo como base da organização, os quais tiveram um esforço de teorização por parte diferentes autores: entre eles, Charles Fourier (1772-1837), Robert Owen (1770-1858), William King (1786-1865) Pierre Joseph Proudhon (1809-1865); Louis Blanc (1812-1882), etc.

O cooperativismo surgiu, assim, na Europa Ocidental quase que simultaneamente com a revolução industrial como uma organização que exprime as lutas dos trabalhadores contra as condições de exploração vivenciadas neste período. Emerge como um ideário filósofo e empírico (uma prática social) do homem como ponto central ao redor do qual gravita a organização produtiva. Tem como base o trabalho e a distribuição equitativa do excedente produtivo entre os trabalhadores.

### **1.1 Economia Solidária**

A economia solidária acaba sendo uma teorização mais moderna desses experimentos vivenciados pelos trabalhadores excluídos do sistema que pode ser interpretado como um modo de organização social e econômica, que se apresenta como o oposto do funcionamento do sistema capitalista e seu modo de produção. Está presente na sociedade através da aplicação dos seus princípios, e da organização do cooperativismo, associativismo e grupos informais.

As relações de produção dos empreendimentos solidários não são apenas atípicas para o modo de produção capitalista, mas contrárias à forma social de produção assalariada: nesta, o capital emprega o trabalho; naqueles, os trabalhadores empregam o capital (GAIGER, 2003, p. 193).

De acordo com Gaiger (2003), o modo de produção capitalista se resume em produção de mercadorias que visa o mercado e o lucro, havendo uma relação separada e desigual entre o proprietário, o meio de produção e os

trabalhadores que trocam seu trabalho por salário. Nesse sentido, vale ressaltar que a origem do capitalismo se deu no período da revolta dos camponeses, em busca de lutar contra a exploração senhorial, os quais foram estabelecidas alianças que determinaram a permissão do novo regime político, favorável ao interesse da burguesia, logo gerou questões de luta a sobrevivência. O capitalismo, ou modo de produção capitalista, é uma forma de organização social marcada pela separação entre os proprietários e controladores dos meios de produção (máquinas, matérias-primas, instalações etc.) e os que não possuem e não controlam os meios de produção, dependendo exclusivamente da venda de sua força de trabalho, através do salário, para sobreviver.

A origem do capitalismo se deu no período da revolta dos camponeses, em busca de lutar contra a exploração senhorial, os quais foram estabelecidas alianças que determinaram a permissão do novo regime político, favorável ao interesse da burguesia, gerando o aparecimento do trabalhador livre e consequentemente do trabalho assalariado, para vender sua força de trabalho (NETTO, 2007, p.89).

[...] depois da acumulação sobre exploração da comunidade primitiva, surgiu a exploração do homem pelo homem, onde aos poucos todos conseguiam se apropriar dos produtos que eram produzidos para o próprio consumo, surgiu então a necessidade de aprender, e tomar conhecimento de novos meios de produção, mais eficientes e científicos, isso depois do excedente econômico, feitas por meios de membros da comunidade primitiva em que podemos ver o surgimento dos pequenos comerciantes como também, o mercado com o intuito de empresários (NETTO, 2007, p.57).

No capitalismo o lucro é a força motriz que só pode existir e reproduzir-se na escala em que a busca do lucro é indeterminável, se considera a função social do capitalista através de traços psicológicos, biográficos ou morais nas suas características individuais. Os capitalistas assim como os proletários apresentam-se numa infinita gradação das personalidades generosas, logo, se faz necessário deixar de lado toda ideologia que tenta revestir com um verniz moralizador a ação das empresas capitalistas de responsabilidade social e buscar não deixar oculto o objetivo central de todo e qualquer investimento capitalista que não se empenharem de forma prioritária e sistemática na

obtenção de lucros (NETTO, 2007, p.99).

Para Singer (2001, 2008), no modo de produção capitalista, as pessoas não têm capital e nem poder, têm poucas tarefas e podem passar a vida inteira cumprindo as mesmas tarefas, o que torna o trabalho alienante do ponto de vista do desenvolvimento humano. Além disso a essa dinâmica os vencedores acumulam vantagens e os perdedores acumulam desvantagens, que se multiplicam com o passar das gerações. Essa polarização de vencedores e perdedores é a grande causa da crescente desigualdade social.

Desta forma, apresenta o que seria o fator equalizador, alternativo ao modo capitalista, que traria maior qualidade de vida e desenvolvimento a classe trabalhadora:

Para que tivéssemos uma sociedade em que predominasse a igualdade entre todos os seus membros, seria preciso que a economia fosse solidária em vez de competitiva. Isso significa que os participantes na atividade econômica deveriam cooperar entre si em vez de competir (SINGER, 2002, p. 9)

Segundo Paul Singer (2001, 2008) a economia solidária pode ser definida como um modo de produção caracterizado pela igualdade de direitos, pela posse coletiva dos meios de produção por aqueles que trabalham com eles e pela autogestão, onde empreendimentos de economia solidária são geridos pelos próprios trabalhadores coletivamente de forma inteiramente democrática.

Na base da economia solidária, popularmente, estão pautados os princípios de autogestão, cooperação, solidariedade e a democracia. Desta forma os sócios dos empreendimentos econômicos solidários, são os donos do seu trabalho e do seu negócio, com ajuda mutua entre si, fazem as escolhas do futuro a partir da gestão igualitária e os ganhos são divididos igualmente.

Para Gaiger (2003) a autogestão e a cooperação, atuam como fator reconciliador entre o trabalhador e os meios de produção, através desses princípios o trabalhador pode recuperar as melhores condições possíveis para ter uma melhor relação laboral.

A gestão da força de trabalho em processos de trabalho diferentes delas próprios apresentação rígidas organização, ou seja, com base no taylorismo – fordista que é reciclada a o controle da força de trabalho pelo capital

recorrendo as formas diversas daqueles dispositivos fabril aplicando a participação e ao envolvimento dos trabalhadores ,valorizando a comunicação e redução das hierarquias mediante a utilização de equipes do trabalho é nesse quadro que o taylorismo ganha revelo mais as relações de trabalho; é nesse quadro que o toyotismo ganha revelo nas relações de trabalho ganha revelo nas relações de trabalho inclusive com o forte estímulo ao sindicalismo de empresa (NETTO,2007, p.231).

Relaciona-se a gestão desse força de trabalho acumulação rígida e organização taylorismo-fordista é reciclado disposto a serem aceitos com o envolvimento dos trabalhadores ,valorizando e comunicando e redução das equipes de trabalho em suas relações estabelecidas que geraram estímulos os seus direitos através do sindicalismo pois o capitalismo empenham-se em camufla ou seja, agir de forma neutra, convencendo de que não existe explorados trazendo uma falsa conscientização de que a casa é sua empresa e dessa forma compreensiva garantir êxito dessa falsa ideia de que empregados não são explorados mais são remunerados segundo as jornadas de trabalho estabelecidas (NETTO, 2007, p.217).

Os capitalizados empenham-se em quebrar a consciência de classe dos trabalhadores, utiliza-se o discurso de que a empresa é a sua casa e que eles devem vincular o seu êxito da empresa; não por acaso, os capitalistas já se referem a eles como operários ou empregadores que agora são colaboradores cooperadores associados etc. (NETTO, 2007, p.876).

## **1.2 tecnologia social**

A Tecnologia Social compreende produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social dentro da economia solidaria.

É um conceito que remete para uma proposta inovadora de desenvolvimento, considerando a participação coletiva no processo de organização, desenvolvimento e implementação. Está baseado na disseminação de soluções para problemas voltados a demandas do artesanato em Alagoas.

As Tecnologias Sociais podem aliar saber popular, organização social e

conhecimento técnico-científico. Importa essencialmente que sejam efetivas e reaplicáveis, propiciando desenvolvimento social em escala.

Singer (2001;2002) a tecnologia social está inserida nas principais características da economia solidária e suas diferenças do sistema capitalista em primeiro lugar, o capitalismo apresenta a dominância da competitividade para o funcionamento da economia de mercado, já que ela é a responsável por decidir os quais são os melhores produtos e trabalhadores. Enquanto a economia solidária não representa um setor consolidado da economia, cada nova cooperativa de produção é uma aventura, cujo êxito não está assegurado. Ela passa quase sempre por um estágio inicial que pode ser chamado de tempos heroicos, quando a retirada dos associados se limita ao indispensável para assegurar a subsistência, as jornadas são de longa duração e todos fazem de tudo para a sobrevivência da cooperativa. É neste estágio que se forjam os laços de confiança mútua que tornam a solidariedade possível.

Em segundo lugar, uma vez superados os tempos heroicos, a solidariedade passa a ser combinada com alguma consideração pelas diferenças e idiossincrasias individuais: a assembleia organiza um plano de retiradas mensais, que em geral são diferenciadas por critérios de habilitação profissional requeridos para cada cargo, mas essa diferença entre a maior e a menor remuneração é bem menor na cooperativa do que numa empresa capitalista. O que implica fixar a divisão técnica de trabalho, atribuindo a cada associado determinadas funções e uma remuneração correspondente. As suas sobras (lucros) são em geral reinvestidas integralmente tendo em vista gerar novas fontes de trabalho e renda dentro da própria empresa ou sob a forma de novas cooperativas, são feitos fundos para educação, de investimentos e o que resta é distribuído em dinheiro aos sócios por algum critério aprovado pela maioria.

A jornada de trabalho passa a ter uma duração fixa e horas extras são eventualmente remuneradas. A direção é eleita pelos associados, cada um tendo um voto. Todas as decisões estratégicas são submetidas à assembleia. Em casos de divergência, é comum o recurso a referendos. A disciplina é mantida solidariamente, ou seja, transgressores são identificados pelos próprios companheiros de trabalho. Não há uma estrutura estranha aos

trabalhadores que os vigia, admoesta e pune. A autodisciplina, um elemento fundante da autogestão, dá dignidade ao trabalhador e representa uma vantagem considerável da cooperativa em relação à empresa capitalista (SINGER, 2001; 2002).

Segundo Netto (2007, p.105) todos os empreendimentos dos capitalistas em suas indústrias de grande ou pequeno porte visavam a sustentabilidade através do lucro, o único e verdadeiro objetivo, que sempre foi camuflado de suas intenções, por estar ligados ao valor determinado de mais-valia que é o lucro, e esse objetivo nunca foi visível, na sociedade de capitalista inicialmente, pois como dizia Netto:

A experiência cotidiana dos trabalhadores não lhes permite apreender a distinção entre trabalho necessário e trabalho excedente na jornada de trabalho não há nenhuma divisória perceptível entre ambos sob aspecto, o trabalho assalariado (“trabalho livre”) é mais ocultador da exploração, que trabalho servil e o escravo (NETTO, 2007 p.107).

Segundo Netto, o tempo necessário depois dos processos de industrialização, é a exploração da força de trabalho que corresponde a jornada de trabalho, e não equivale ao salário que recebe, tal parte da jornada denomina-se tempo de trabalho excedente, que se trata do acúmulo de produção, e outro tempo que corresponde a força de trabalho, ou seja, extraída da exploração da força de trabalho na experiência no cotidiano dos trabalhadores que se inserem no sistema capitalista.

Existe a alienação da exploração da força de trabalho, e os trabalhadores trazem a falsa conclusão de trabalho livre, devido a não terem acesso teórico, ou seja, conhecimento sobre o assunto de exploração sob um trabalho assalariado dentro de um modo de produção capitalista que pressiona os salários para baixíssimos, diante de número de desempregados e da quantidade de pessoas que precisam trabalhar e se sujeitam a trabalhar por salários baixos para sobreviver (NETTO, 2007).

A existência de um enorme contingente de desempregados, permite ao capitalista pressionar os salários para um nível inferior; essa é a função primária que o exército industrial de reserva, desempenha no capitalismo. Trata -se de um poderoso instrumento para que o capitalista incremente a

exploração da força de trabalho, pode-se afirmar: os orçamentos, dos salários são exclusivamente regulados (NETTO ,2007 p.134)

O que se entende segundo os estudos de Netto é que no capitalismo os trabalhadores aceitam baixo salário, ou seja, sua venda de força de trabalho de forma desrespeitosa aos seus direitos, para não ficarem sem seu meio de sobrevivência, é a forma encontrada para se manter no mercado de trabalho, pelo contexto de exploração da força de trabalho realizada pelo capitalismo que usa estratégias de regulação e expansão e contração com salários baixos para o exército industrial de reserva<sup>1</sup>, gerando a migração com pequeno prazo de investimentos, que temporariamente é aspecto eliminável dentro da ordem capitalista.

Em terceiro lugar, os empreendimentos solidários são administrados seguindo os princípios da autogestão, onde todas as decisões são tomadas democraticamente. Quando o empreendimento é pequeno as decisões são tomadas em assembleia, sempre que houver necessidade; quando ele é grande, os sócios elegem delegados por departamento que se reúnem para deliberar em nome de todos. Quando existem hierarquia de coordenadores, encarregados ou gestores, as ordens e instruções fluem de baixo para cima e as demandas e informações de cima para baixo, e a autoridade maior é assembleia de todos os sócios. Com a autogestão os trabalhadores, além de exercer as tarefas de seu cargo, devem se preocupar com os problemas gerais da empresa, o que contribui para a cooperação inteligente dos sócios, sem a necessidade de competição. Como a autogestão tem como seu mérito principal o desenvolvimento humano, a não participação dos sócios nas reuniões e decisões pode se tornar um problema. Entretanto, isso não quer dizer que as pessoas não são naturalmente incluídas a autogestão, e sim que elas são ensinadas a obedecer a ordens e temer represálias de superiores (SINGER ,2001;2002).

---

<sup>1</sup> Exército industrial de reserva é um conceito desenvolvido por Karl Marx em sua crítica da economia política, e refere-se ao desemprego estrutural das economias capitalista. O exército de reserva corresponde à força de trabalho que excede as necessidades da produção. Para o bom funcionamento do sistema de produção capitalista e garantir o processo de acumulação, é necessário que parte da população ativa esteja permanentemente desempregada. Esse contingente de desempregados atua, segundo a teoria marxista, como um inibidor das reivindicações dos trabalhadores e contribui para o rebaixamento dos salários.

A economia solidária surge mundialmente com o amadurecimento do capitalismo industrial, resultado do empobrecimento do proletariado, que buscam novas formas de se organizar e superar as dificuldades diante do esmagamento causado pelo sistema.

Desta forma, começaram a surgir cooperativas, na Europa, resultantes da união dos trabalhadores, algumas eram formadas a partir da empresa já existente que não tinha como pagar os funcionários. A diversidade de cooperativas é tipificada como: cooperativismo de consumo, cooperativismo de crédito, cooperativismo de compras e vendas, e cooperativismo de produção (SINGER, 2002).

No Brasil surge durante as décadas de 1980 e 1990, quando o país estava se desindustrializando, houve um alto nível de desemprego por causa das demissões em massa e também por causa da crise econômica do período, os empreendimentos econômicos solidários cresceram como alternativa aos trabalhadores em obter emprego, renda e de se emancipar (SINGER, 2002;2014).

Alguns trabalhadores que estão excluídos do mercado de trabalho, se inserem nessa prática, que com esses fatores econômicos, políticos e sociais acabam por contribuir para a criação de uma economia paralela, com uma dimensão menor e acoplada ao sistema hegemônico, com diretrizes de produção, trabalho e escoamento que visa o coletivo e as decisões horizontais (SILVA, 2015, p. 3).

A economia solidária se fortalece com sua institucionalização, quando em 2003 durante o Governo Lula, foi criada a Secretária Nacional de Economia Solidária (SENAES) como uma das estratégias ao desenvolvimento econômico brasileiro, que foi posteriormente acoplada ao Ministério do Trabalho, conjuntamente foram criados: O Fórum Brasileiro de Economia solidária (FBES), Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES) e a Rede Nacional de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária (MUNARIM, 2007; SILVA, 2015; SINGER, 2014). Em 2005, a SENAES realiza um mapeamento em todo o país, que gerou o Atlas da Economia Solidária (2006), com o objetivo de apresentar dados a respeito da economia solidária. Constatando que há presença de empreendimentos econômicos solidários em todas as

regiões do país, na área urbana e rural, sob a forma de grupos informais, associações e cooperativas.

Nesse primeiro ano de levantamento, foram identificados um total de 14.954 Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), distribuídos em 2.274 municípios do Brasil. Desses empreendimentos, fazem parte um milhão duzentos e cinquenta mil trabalhadores, que fazem circular algo em torno de quinhentos milhões de reais por mês, por meio de múltiplas formas de organização (MUNARIM, 2007, p. 33).

O Mapeamento Nacional de Economia Solidária, em 2007, registrou mais de 2.100 cooperativas designadas de *populares* ou de *economia solidária*. Gaiger (2013) explica que em sua maior parte estas cooperativas recenseadas haviam iniciado suas atividades quinze anos antes do Mapeamento. Segundo o autor, esses empreendimentos se dividem em duas categorias:

a) Aqueles cuja atividade principal representa a fonte primordial de ocupação e de renda dos seus integrantes, desenvolvendo-se através de processos de socialização dos meios de produção ou de coletivização do trabalho. Incluem empresas autogestionárias recuperadas, grupos informais de produção, cooperativas agropecuárias e de trabalho, unidades de triagem de resíduos urbanos recicláveis e comunidades tradicionais, como pescadores e extrativistas.

b) Aqueles cuja atividade coletiva principal aporta benefícios e serviços para as economias individuais ou familiares dos seus integrantes. Compreendem as associações de pequenos produtores rurais, centrais de comercialização, cooperativas de habitação, eletrificação e crédito, bancos populares, clubes de troca e hortas comunitárias.

A economia solidária engloba diversos segmentos, como a agricultura familiar, catadores de recicláveis, artesanato, alimentos, crédito, comercialização entre outros possibilitando aos trabalhadores a alternativa de se autogerir e ser dono do seu trabalho e da sua qualidade de vida. Dessa forma, a agricultura familiar vai incorporando diversas atividades, possibilitando a busca por uma renda que garanta a sua sobrevivência, apesar de todas as dificuldades encontradas.

A agricultura familiar tem dinâmica e características distintas em

comparação à agricultura não familiar. Nela, a gestão da propriedade é compartilhada pela família e a atividade produtiva agropecuária é a principal fonte geradora de renda. Além disso, o agricultor familiar tem uma relação particular com a terra, seu local de trabalho e moradia. A diversidade produtiva também é uma característica marcante desse setor. A Lei 11.326 de julho de 2006 define as diretrizes para formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e os critérios para identificação desse público. Segundo dados do Censo Agropecuário de 2020, 84,4% do total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros pertencem a grupos familiares. São aproximadamente 4,4 milhões de estabelecimentos, sendo que a metade deles está na Região Nordeste.

De acordo com o estudo, ela constitui a base econômica de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes; responde por 35% do produto interno bruto nacional; e absorve 40% da população economicamente ativa do país. Ainda segundo o Censo, a agricultura familiar produz 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz e 21% do trigo do Brasil. Na pecuária, é responsável por 60% da produção de leite, além de 59% do rebanho suíno, 50% das aves e 30% dos bovinos do país. A agricultura familiar possui, portanto, importância econômica vinculada ao abastecimento do mercado interno e ao controle da inflação dos alimentos consumidos pelos brasileiros (EMBRAPA, 2020).

Neste sentido a economia solidária pode estar assinalando a construção de novo espaço de transformação social em que a lógica utilitarista passa a ser restrita e novas formas de relações sociais se constituem, como a solidariedade, a cooperação, a autogestão. Estes experimentos sociais ao longo dos anos de sua constituição têm somado uma competência que merece ser levantada e sistematizada no sentido de evidenciar o que pode ser entendido como uma nova sociabilidade que aponta um caminho para a transformação social. Essas organizações sociais acionaram ao longo de sua constituição instrumentos pedagógicos, de gestão, de estratégias e de materiais que pode indicar elementos de um novo espaço que se contrapõe e põe em xeque o espaço do capital como forma de reprodução destas populações. O trabalho cooperativo age em favor dos produtores e confere uma amplitude maior e mais ampla da conotação da eficiência econômica,

vinculada à qualidade de vida e a satisfação de objetivos culturais e ético-morais.

## **CAPÍTULO 2: A PRÁTICA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: O TRABALHO DOS ARTESÃOS NO ESTADO DE ALAGOAS**

O projeto de pesquisa “Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) no estado de Alagoas: fortalecimento da autogestão e da comercialização da Cadeia produtiva de artesanato”, iniciado em 2018, teve como público alvo 28 (vinte e oito) grupos de produção e comercialização da cadeia produtiva do artesanato do Estado Alagoas, organizados sob a forma de economia solidária, nas cidades de Atalaia, Água Branca, Delmiro Gouveia, Maceió, Marechal Deodoro, Maragogi, Palmeira dos Índios, Piranhas, Rio Largo e União dos Palmares. Com o intuito de compreender a situação em que estão inseridos os artesãos do Estado de Alagoas, serão apresentadas e analisadas as características dos empreendimentos econômicos solidários (EES).

O estado de Alagoas possui três grandes mesorregiões: a) Mesorregião do Agreste Alagoano, b) Mesorregião do Leste Alagoano e c) Mesorregião do Sertão Alagoano. Entretanto, o estado é dividido em treze microrregiões que são as seguintes: 1) Microrregião de Arapiraca, 2) Microrregião de Palmeira dos Índios, 3) Microrregião de Traipú, 4) Microrregião do Litoral Norte, 5) Microrregião de Maceió, 6) Microrregião da Mata Alagoana, 7) Microrregião de Penedo, 8) Microrregião de São Miguel dos Campos, 9) Microrregião Serrana dos Quilombos, 10) Microrregião Alagoana do Sertão do São Francisco, 11) Microrregião de Batalha, 12) Microrregião da Santana de Ipanema e 13) Microrregião do Sertão Alagoano.

No entanto, neste trabalho serão analisadas as seguintes regiões: a) Agreste Alagoano, estando com o epicentro no município de Palmeira dos Índios; b) Leste Alagoano, abarcando os municípios de Atalaia, Maceió, Marechal Deodoro, Rio Largo e União dos Palmares e c) Sertão Alagoano com

os municípios de Água Branca, Delmiro Gouveia e Piranhas. Esse corte geográfico é realizado para caracterizar as regiões desde o ponto de vista das especificidades como a cultura, as relações sociais e características locais. A continuação, realizar-se-á uma caracterização de cada região alvo deste trabalho

## **2.1 Mesorregião do Agreste Alagoano**

A mesorregião do Agreste Alagoano é composta por 24 (vinte e quatro) municípios. Entretanto, analisamos o empreendimento de um único município, sendo este Palmeira dos Índios. Na região do Agreste Alagoano, no município de Palmeira dos Índios está localizada a Associação Mulheres Indígenas, que faz parte da Aldeia indígena Mãe Serra da Capela, Xucuru-Kariri, que tem cerca de 45 índios dentre eles 30 são mulheres e 15 homens. Na comunidade existem casas humildes e escola para as crianças. Além disso, dada a sua localidade, os índios cultivam frutas, verduras e outros alimentos que usam como parte de seu sustento. A aldeia fica em uma região de difícil acesso, na zona rural da cidade de Palmeira dos Índios, para ingressar é necessário subir uma íngreme ladeira, os moradores para se locomover necessitam utilizar moto táxis que passam no local. Em épocas de chuva não tem como chegar na aldeia com transporte veicular.

O artesanato é tido como uma das atividades dos membros da aldeia, entretanto muitos trabalham na cidade, em instituições públicas ou privadas. O grupo de artesanato Mulheres indígenas é composto por nove mulheres, mas os homens da aldeia também produzem artesanato. Para povos indígenas, culturalmente, a produção artesanal é uma atividade familiar. Os produtos são feitos à base de sementes da região e penas de animais, são feitos brincos, pulseiras e adereços para o cabelo pelas mulheres da aldeia, há ainda os cocais produzidos pelos homens. A comercialização é realizada de forma esporádica, em feiras ao qual são convidados a participar tanto no estado de Alagoas, como em todo Brasil e internacionalmente. Em contato com outras aldeias, fazem trocas de sementes e penas para a produção de novos

produtos.

As artesãs da associação sentem falta de um ambiente de comercialização, já que na cidade em que residem não consegue vender seu artesanato. Os moradores da região desconhecem e não valorizam o artesanato indígena. Em outras ocasiões são questionadas se realmente são índias nativas, pois usam roupas comuns e compartilham de algumas características urbanas. Não atendendo as expectativas que são aprendidas culturalmente, ao qual os índios andam nus e enfeitados com penas. Os índios da Serra do Capela praticam os princípios da economia solidária, a autogestão por exemplo é feita por eles de maneira consistente. De acordo com uma índia depois das capacitações sobre o que é economia solidaria, a tribo indígena apenas soube que as diretrizes usadas na aldeia faziam parte de uma outra forma de organização social e econômica que faz frente a um sistema tão desigual quanto o capitalismo. Uma outra índia quando questionada sobre os seus sonhos, responde que almeja um ambiente em que possa comercializar seu artesanato de forma livre.

## **2.2 Mesorregião do Leste Alagoano**

A mesorregião do Leste Alagoano é composta por 52 (cinquenta e dois) municípios. Entretanto, consideramos os empreendimentos econômicos solidários 4 (quatro) municípios, estão alocados 220 (duzentos e vinte) artesãos participantes de 21 (vinte) EES. Metade dos associados, 50%, estão em Maceió, a outra metade está distribuída da seguinte forma: 17% no Município de Marechal Deodoro, 8% em Rio Largo, 5% em Atalaia e 4% no município de União dos Palmares.

Como demonstrado no quadro 1, em Maceió estão presentes 11 (onze) empreendimentos, sendo eles Associação Arte da Terra florescer, Associação Artesãos Criativos de Alagoas, Associação das Artesãs Tecendo Arte (ATAM), Cooperativa das Rendeiras do Pontal da Barra (COPERARTBAN), Grupo Artesãs Aconchego, Grupo Artesãs Nordestinas de Alagoas (Artnal), Grupo Mandacaru, Grupo Mulheres de Talento, Grupo Recanto Arte, Grupo Somando Talentos e o Grupo Tempo de Renovar.

Os empreendimentos utilizam para a confecção de seu artesanato, que são semelhantes entre si e ao mesmo tempo diversificados, as matérias-primas tecido, linha, madeira, EVA, fibra de bananeira, plástico PET e PVC, aplicando as técnicas de pintura, fuxico, biscuit, colagem, bordados ponto de cruz, crochê, crochê em grampo, tricô e filé. São produzidas bonecas de pano, jarros, porta-joias, embalagens, tiaras, bolsas, quadros, blusas, vestidos, itens de decoração e entre outros.

**Quadro 1 - Empreendimentos da mesorregião do Leste Alagoano**

Município	Empreendimento	Mulheres	Homen s
Maceió	Associação Arte da Terra Florescer	10	1
Maceió	Associação Artesãos Criativos de Alagoas	23	1
Maceió	Associação das Artesãs Tecendo Arte (ATAM)	10	0
União dos palmares	Associação de Artesãos de União dos Palmares (UNIART)	5	4
Maceió	Associação de artesãs MOTIVARTE	13	0
Marechal Deodoro	Associação dos Artesãos Criativos Massaguiense	17	1
Atalaia	Associação Fibra e Arte (FIBRAT)	5	0
Marechal Deodoro	Associação Mãos Unidas Artes e Delicia (AMUARD)	7	0
Rio Largo	Associação PROCOART	6	2
Marechal Deodoro	Cooperativa das artesãs da Barra nova (COOPERARTBAN)	13	0
Maceió	Cooperativa das Rendeiras Unidas do Pontal da Barra	16	0
Rio Largo	Grupo Arte da Terra	8	0
Maragogi	Grupo Arte Fibra	12	0
Atalaia	Grupo ARTEMIX	6	0
Maceió	Grupo Artesãs Aconchego	7	0
Maceió	Grupo Artesãs Nordestinas de Alagoas (ARTNAL)	7	2
Maceió	Grupo Mandacaru	8	1
Maceió	Grupo Mulheres de Talento	6	0
Maceió	Grupo Recanto Arte	12	0
Maceió	Grupo Somando Talentos	5	0
Maceió	Grupo Tempo de Renovar	8	0

Fonte: elaborado pela autora, 2018.

O município histórico de Marechal Deodoro, está localizado na área do Complexo Estuarino Lagunar Mundaú-Manguaba, que tem como característica a produção de artesanato a partir do filé, que consiste em um complexo bordado sobre uma rede de fios. Essa microrregião possui o litoral com as mais belas praias turísticas de todo o Nordeste do Brasil, na qual encontra-se a cidade de Marechal Deodoro que foi tombada por sua riqueza histórica e patrimônio nacional em 2006. Conhecida nacionalmente por ter sido o berço de um dos nomes mais importantes da política nacional também é famosa por suas artesãs, rendeiras que produzem uma das mais belas peças artesanais de todo o Brasil, o Filé (Renda de origem portuguesa, onde do tear saem peças como colchas e toalhas), sendo também exportado para o exterior.

A produção do bordado Filé é herança da colonização portuguesa, na região do Complexo Estuário Lagunar Mundaú–Manguaba (CELMM), que inclui uma parte do Município de Maceió e Marechal Deodoro, possivelmente incluído na educação fornecida nas escolas cristãs católicas da época. O Filé consiste em um complexo bordado sobre uma rede de fios, considerado uma herança da colonização portuguesa e foi tombado como patrimônio imaterial do Estado de Alagoas (IBORDAL,2016).

Os 3 (três) empreendimentos alocados no município, sendo eles Associação Mãos Unidas Artes e Delícias (AMUARD), Associação dos Artesãos Criativos Massagueirenses e a Cooperativa das Artesãs da Barra Nova, produzem peças a partir do filé. São produzidos pelos artesãos roupas, pesos de porta, bolsas, acessórios, marcadores de livros, jogos de mesa americanos, chaveiros e entre outros.

Nos municípios de Atalaia, Maragogi, Rio Largo e União dos Palmares, estão, respectivamente, os empreendimentos Associação Fibra e Arte e Grupo Artemix; Grupo Arte e Fibra; Associação PROCOARTE e Grupo Arte da Terra; e Associação de Artesãos de União dos Palmares.

A matéria-prima principal desses grupos é o filé e a fibra da bananeira, que contam com diversos passos: colher a fibra, estender ao sol para secar, forma o que as artesãs chamam de “rede” e ao fim produzir o artesanato. São confeccionadas, peças como jarros, porta-joias, conjuntos de mesa e embalagens.

Os grupos apresentam a maioria de seus membros do sexo feminino, as artesãs dessa mesorregião compõem cerca de 92% dos sócios e os homens são cerca de 6%. Quando contadas as histórias dos grupos, constata-se que eles surgiram a partir de conversas e reuniões entre amigas, que começaram a enxergar no artesanato uma alternativa de complementar a renda familiar, de empreender e de serem independentes.

Todos os grupos receberam capacitação em relação ao cooperativismo, associativismo e a economia solidária. Empregaram em seus grupos além da amizade já existente, os princípios de autogestão, cooperação, solidariedade e da democracia. Encontram na economia solidária uma missão de vida, adotando os princípios para o cotidiano e criam vínculos familiares entre os sócios. *“Economia solidária não vê o lucro, vê o bem-estar das pessoas. É sempre o nós e não o eu.”* (Participante B).

As artesãs veem seus grupos como grandes famílias, com a ajuda dos companheiros conseguem superar conflitos pessoais e doenças como a depressão, para elas está no grupo e está produzindo é como uma terapia. Estão dispostas a sempre ajudar umas às outras e acreditam que trabalhando dentro da economia solidária os grupos estarão mais unidos e terão o trabalho reconhecido.

Assim, uma das participantes Salienta: “Minha missão não é individual, nasci dentro de uma família que já viviam dentro da economia solidária, mesmo sem saber o que é força e união, como descendente não posso sair da missão”.

Foram diagnosticados alguns pontos positivos e negativos, como demonstrado no quadro 2, que são comuns a todos os empreendimentos, esses pontos agem como impulsos e limitações a continuação do trabalho dessas artesãs.

Os pontos positivos a serem destacados se resumem a: “união”, “cooperação”, “solidariedade” presente entre os sócios dos empreendimentos,

“realização pessoal”, “empoderamento feminino” que tem alto poder motivador e os pontos que não as permitem fraquejar “amor ao artesanato”, “persistência”, “criatividade” e os que trazem contribuições sociais importantes a “valorização da arte e cultura popular” e a “transmissão de conhecimento”.

## Quadro 2 - Pontos Positivos e Negativos dos EES

Prontos Positivos	Pontos Negativos
<ul style="list-style-type: none"> <li>- União;</li> <li>- Cooperação;</li> <li>- Solidariedade;</li> <li>- Realização pessoal;</li> <li>- Amor ao artesanato;</li> <li>- Persistência;</li> <li>- Criatividade;</li> <li>- Empoderamento feminino;</li> <li>- Valorização da arte e cultura popular; e</li> <li>- Transmissão de conhecimento</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta do apoio dos órgãos governamentais;</li> <li>- Falta da articulação entre os grupos;</li> <li>- Dificuldades para comercializar;</li> <li>- Falta de valorização do artesanato no Estado de Alagoas;</li> <li>- Falta de pontos fixos de comercialização;</li> <li>- Pouca divulgação; e</li> <li>- Presença constante de atravessadores.</li> </ul>

Fonte: elaborado pela autora, 2018.

Os pontos negativos, citados no quadro 2, são relacionados com as dificuldades enfrentadas pelos empreendimentos econômicos solidários citadas pelos sócios, a principal delas são as “dificuldades de comercializar”, “falta de valorização do artesanato no Estado de Alagoas”, “presença constante de atravessadores” e “pouca divulgação da economia solidária e do artesanato”. Além disso, alegam que há pouco contato entre os grupos, falta da articulação

entre os grupos, mesmo existindo o Fórum Alagoano de Economia Solidária e a Federação Alagoana de Artesãos (FALARTE), não há um sentimento de solidariedade entre esses empreendimentos.

Dentre os grupos supracitados, somente 3 (três) deles tem ponto fixo de comercialização e produção, as artesãs dos demais grupos produzem em suas casas ou na casa de outros sócios, por este motivo não realizam produção coletiva, a comercialização é feita de forma direta, em feiras esporádicas ou pontos de comercialização nos shoppings de Maceió que funcionam em forma de rodizio e nos hotéis da cidade.

Além disso, enfrentam a concorrência com atravessadores, que compram artesanatos de outras regiões ou dos próprios empreendimentos e revendem nos espaços destinado a comercialização de artesanato em Alagoas.

### **2.3 Mesorregião do Sertão Alagoano: o caso do couro da tilápia em Alagoas**

A mesorregião do Sertão Alagoano é composta por 25 (vinte e cinco) municípios. Entretanto, consideramos os empreendimentos econômicos solidários 3 (três) municípios, estão alocados 58 (cinquenta e oito) artesãos participantes de 6 (seis) EES. Os sócios estão distribuídos da seguinte forma: 51 % Em Água Branca, 34 % em Delmiro Gouveia e 13% em Piranhas.

#### **Quadro 3 - Empreendimentos da mesorregião do Leste Alagoano**

<b>Município</b>	<b>Empreendimento</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Homens</b>
Água Branca	Associação das Mulheres Quilombolas da Serra das Viúvas (AMAQUI)	4	0
Delmiro Gouveia	Associação Descanso de Rei dos Artesãos do Povoado Salgado	13	0
Delmiro Gouveia	Associação dos Artesãos de Delmiro Gouveia (ART'DEL)	4	3
Piranhas	Associação dos Artesãos em Couro da Tilápia (Estação Cangaço)	6	2
Água Branca	Associação Mulheres Mães Camponesas	21	0
Água	Associação Renda Singeleza Nossa	5	0

Branca	Senhora da Conceição		
<b>Total</b>		<b>53</b>	<b>5</b>

Fonte: elaborado pela autora, 2019.

A Associação dos Artesãos de Delmiro Gouveia (ART'DEL) e o Associação Descanso de Rei dos Artesãos do Povoado Salgado estão lotados na cidade de Delmiro Gouveia, o primeiro tem como foco a produção e comercialização do artesanato com madeira, tecido e plásticos recicláveis. São produzidos pequenos objetos decorativos, também utilizam tecido para produzir carteiras, porta-moedas e entre outros.

O segundo tem seu artesanato produzido a partir da tecelagem, técnica de trançado de linhas em forma de rede. As peças produzidas são variadas, vão de jogos americanos, passadeiras, almofadas até redes todas confeccionadas com o tear. No município de Água Branca foram pesquisados principalmente três grupos:

a) Associação das Mulheres Quilombolas da Serra das Viúvas (AMAQUI), localizada em comunidade remanescente quilombola, pertencente ao município de Água Branca. O grupo tem como ideal a produção e comercialização de artesanato feito a partir de palha de bananeira, milho e cipó de Licuri característicos da região;

b) Associação Mulheres Mães Camponesas que realiza pintura em tecido retratando a cultura do estado de Alagoas assim como pontos turísticos da cidade, é formada por mulheres, possuem sede própria, seus produtos retratam pontos característicos do Sertão Alagoano;

c) Associação Renda Singeleza Nossa Senhora da Conceição, que produz uma renda delicada que é feita com agulha, linha e talos de coqueiros, sem necessitar risco ou moldes. considerado patrimônio imaterial e tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que é tradicionalmente confeccionada com agulha, linha e talos de coqueiro. Não exige risco, nem moldes e utiliza linhas simples de algodão.

Além do artesanato, as mulheres dos empreendimentos de Água Branca residem em assentamentos e povoados de difícil acesso de zona rural do município, praticam agricultura de subsistência, cultivando milho, a mandioca, frutas, verduras e outros de forma orgânica.

A Associação dos Artesãos em Couro da Tilápia (Estação Cangaço), está localizada no município de Piranhas, tem como objetivo a produção e comercialização do artesanato a partir do couro de bode e tilápia. São confeccionados pelos artesãos produtos que agregam a identidade cultural, ambiental e social da região.

O grupo produz bolsas, cintos, calçados, carteiras, acessórios e porta-moedas, retratando o cangaço, flores da caatinga e o Rio São Francisco. O empreendimento é composto fundamentalmente por mulheres, sendo o artesanato um meio de emprego e renda. Através desse trabalho, é possível ressaltar valores culturais, coletivos e afetivos. Além disso, se tornou um instrumento de autonomia feminina, liberdade, inclusão social e reconhecimento da sociedade.

Entretanto, enfrentam dificuldades em comprar matérias-primas e itens para finalização dos produtos. Outro problema é o custo do transporte quando os produtos não são vendidos na cidade, precisando se locomover levando as mercadorias para outras cidades. Além disso, mesmo possuindo sedes fixas, enfrentam dificuldades para comercializar os produtos, boa parte das vendas acontece via redes sociais e o custo de envio para o cliente é alto, fazendo com que muitas vezes aconteçam desistências.

Não existe na região um mercado para a exposição do artesanato resultante da economia solidária, não há apoio efetivo dos governos para que seus trabalhos sejam devidamente divulgados e comercializados. Mesmo os empreendimentos localizados em pontos turísticos, como no município de Água branca e Piranhas, enfrentam dificuldades para vender seus produtos.

Através da economia solidária, os empreendimentos contribuem para o fortalecimento da cultura sertaneja alagoana, reutilizando e dando outra cara a matéria-prima que cotidianamente é descartada, ressaltando tradições e características da região e das comunidades. Declaram *“Acreditamos que unidos somos mais fortes e a economia solidária ajuda a melhorar e estamos juntos em busca de um único objetivo para todas” (participante D)*. Quando questionados sobre seus sonhos, declaram:

*É ter a nossa sede com máquinas e equipamentos para produção e comercialização. Para que nós, artesãos, possamos está criando e produzindo os produtos, mostrando aos turistas o nosso artesanato*

*(Participante E).*

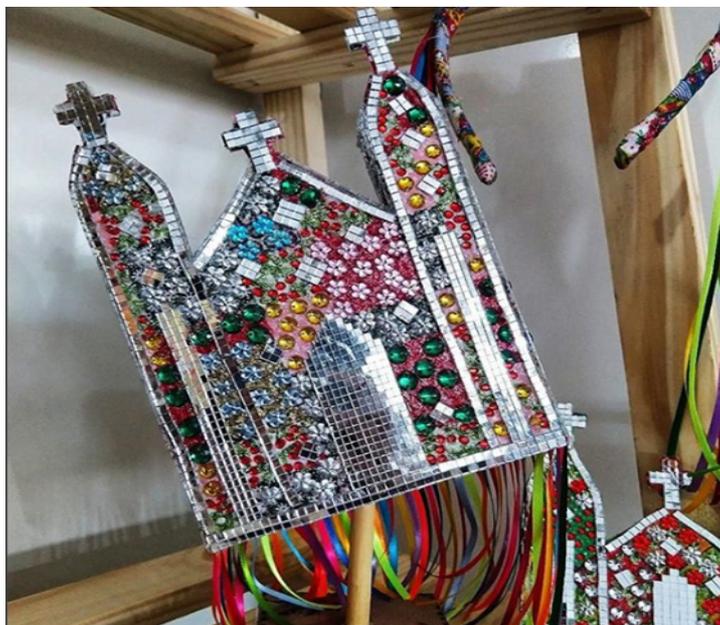
**Fotos 1 – Bolsa fabricada pela artesã participante**



**Fotos 2 – toalha de mesa fabricada pela artesã participante**



**Fotos 3 – Peça fabricada pela artesã participante**



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observamos os experimentos sociais no estado de Alagoas como tendo uma capacidade de construir uma prática social que tem na solidariedade e na cooperação sua centralidade. Nesses experimentos sociais concretizados através dos empreendimentos de economia solidária, as mulheres artesãs recuperam no trabalho manual as habilidades produtivas e criativas resgatando em muitos dos casos a identidade cultural regional, unidos por laços de cooperação, ao invés da acumulação de capital. A produção coletiva se concretiza como uma proposta que propicia o desenvolvimento local valorizando as especificidades de cada região, aumentando a riqueza, dinamizando a economia local assim como os direitos dos trabalhadores.

A partir da pesquisa de campo observamos que a fragilidade desses empreendimentos está relacionada com aspectos econômicos, como a falta de uma infraestrutura adequada, recursos, instalações, matérias-primas e outras que condicionam o desenvolvimento do grupo e do local, limitando a sinergia que se geraria como resultado de um círculo virtuoso.

Como frisado no início deste trabalho, a marca do nosso tempo é a impossibilidade de muitos seres humanos produzirem a sua existência pelo capital. No início deste novo século, existe um conjunto de pessoas que já não conseguem mais ser nem assalariada, nem capitalista. Assim posta esta

problemática, a pesquisa ajudou a entender, de um lado, como os seres humanos alternativamente sobrevivem e, de outro, como as formas sociais burguesas não mais dão possibilidades de subsistência, o que faz com que o desenvolvimento da sociedade seja a exclusão social.

Esse contexto se mostrou fértil para encontrar outras alternativas e, dentre elas, a economia solidária que no seu movimento de expansão de mesma, promove o desenvolvimento local pela via de experiências de gestão, pela valorização do local e sua cultura, pelas formas participativas e democrática de construção da sociedade.

Os experimentos sociais em Alagoas evidenciaram que a economia solidária pode se transformar num processo emancipatório de muitas mulheres que lutam por uma sociedade diferente através do trabalho manual: o artesanato que valoriza a cultura regional. Através desse trabalho, é possível ressaltar valores culturais, coletivos e afetivos. Além disso, se tornou um instrumento de autonomia feminina, liberdade, inclusão social e reconhecimento da sociedade.

Em síntese, a economia solidária com seus vários elementos como solidariedade, cooperação, nexos sociais, valorização cultural regional, trabalho manual, formam elementos essenciais para construir um ambiente propício para o desenvolvimento local.

## REFERÊNCIAS

**ATLAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL.** Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, SENAES, 2006. Anual.

EMBRAPA. **Concentração Geográfica da Agricultura Familiar no Brasil.** Alagoas, 2020.

GAIGER, Luiz Inácio Germany. A ECONOMIA SOLIDÁRIA DIANTE DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA. **Caderno CRH**, Salvador, v. 16, n. 39, p.181-211. 2003. Quadrimestral.

IBORDAL, Instituto do Bordado Filé. **História e tradição.** 2017. Disponível em: <<http://www.inbordal.org.br/pt-br/>>. Acesso em: 09 agost 2021.

MUNARIM, Aquiles. Secretaria Nacional de Economia Solidária – **SENAES:** superação do capitalismo? 2007. 57 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Econômicas, Departamento de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2007.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política:** uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Sidélia Luiza de Paula. II CONGRESSO DE PESQUISADORES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Histórico da Economia Solidária no Brasil**. São Carlos: 2015.

SINGER, Paulo. **Biografia Paul Singer**. Disponível em: <<http://paulsinger.com.br/biografia/>>. Acesso em: 09 agosto 2021.

SINGER, Paul. DEZ ANOS DE SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (SENAES). **Boletim Mercado de Trabalho**: Conjuntura e Análise, Brasília, n. 56, p.89-93, fev. semestral. 2014.

SINGER, Paul. Economia solidária versus economia capitalista. **Sociedade e Estado**, [s.l.], v. 16, n. 1-2, p.100-112, dez. 2001. UNIFESP.

SINGER, Paul. Economia solidária. **Estudos Avançados**, [s.l.], v. 22, n. 62, p.289-314, abr. UNIFESP. 2008.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.